

INCLUSÃO E TURISMO CULTURAL: Análise da acessibilidade de pessoas com deficiência física ao patrimônio cultural de Ilhéus – Bahia

Tatiana Ferreira Lima¹
Marco Aurélio Ávila²

Resumo

O pouco acesso da maioria da população ao lazer, a cultura e ao turismo é um exemplo claro da ineficiência de políticas públicas para ampliação do acesso a esses setores. Este estudo busca analisar as condições gerais de acessibilidade para pessoas com deficiência física em atividades turísticas, através da identificação de barreiras para a prática do turismo cultural da cidade de Ilhéus – Bahia. A pesquisa está sendo realizada no município de Ilhéus - Bahia, inserida na região denominada turisticamente de Costa do Cacau. O estudo tem abordagem qualitativa, a pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva e os instrumentos utilizados para coleta de dados serão a observação sistemática e entrevistas semi-estruturadas. O universo da pesquisa é composto por dois grupos, o primeiro representado por Gestores Públicos e segundo por pessoas que possuem deficiência física residentes em Ilhéus. Os resultados pretendem contribuir para o aprofundamento dos estudos que envolvam inclusão e democratização do acesso ao lazer, a cultura e ao turismo. Assim, espera-se contribuir para materializar a construção de uma sociedade mais justa e solidária, atentando-se para a necessidade da configuração de produtos e serviços inclusivos.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Turismo. Ilhéus.

1 Introdução

Lazer, cultura e turismo devem ser encarados como fundamentais para ampliação do bem-estar de todas as pessoas, independente das características e especificidades dos distintos grupos sociais.

Segundo o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), cerca de 14,5% da população brasileira apresenta alguma deficiência, o que corresponde a aproximadamente 24,5 milhões de pessoas. O pouco acesso da maioria da

¹ Graduada em Educação Física na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA. Concluinte do Curso de Especialização em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB/BA. Mestranda em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA. Email: tatinanasol@hotmail.com

² Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidad de Las Palmas en Gran Canaria – ULPGC/ESPAÑA. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA. E-mail: marco@ativanet.com.br

população ao lazer, a cultura e ao turismo é um exemplo claro de ineficiência de políticas públicas em relação a democratização e ampliação do acesso a esses setores.

O desenvolvimento desta pesquisa é importante para ampliar a reflexão sobre o tema, ainda pouco debatido no meio acadêmico, bem como para servir de suporte para que a sociedade possa modificar seus sistemas a fim de que todas as pessoas, com e sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais e com mesma intensidade. Isso inclui, certamente, a inserção de pessoas com deficiência física nas atividades do turismo cultural, tendo a acessibilidade como suporte para difusão do mercado turístico para todos, sem exclusão.

O turismo cultural, segundo Camargo e Cruz (2009), é “o deslocamento de pessoas interessadas por destinos de vocação cultural ou atraídas por certos aspectos da oferta que se possam considerar como culturais” (CAMARGO; CRUZ, 2009, p. 02).

Esse tipo de turismo é também o de maior crescimento na contemporaneidade, representando grande parte do mercado turístico. No entanto, é recente o interesse do Brasil pela valorização e promoção cultural, por isso, a necessidade de pesquisas que envolvam esta temática e a importância desta num contexto essencial às comunidades que possuem limitações (BARROCO, 2009).

Para tanto, este estudo tem como objetivo principal, analisar as condições gerais de acessibilidade para pessoas com deficiência física nas atividades turísticas, identificando as barreiras e perspectivas para inclusão deste grupo no turismo cultural da cidade de Ilhéus – Bahia. Tendo como objetivos específicos analisar as condições gerais de acessibilidade para pessoas com deficiência física nos serviços turísticos, culturais e patrimoniais construídos do município e investigar como as pessoas com deficiência física identificam as barreiras para o turismo cultural e suas perspectivas em relação a questão da inclusão no lazer, na cultura e no turismo.

2 Inclusão Social: considerações acerca dos direitos humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) apresenta os grandes princípios que sustentam até hoje a idéia de direitos humanos: liberdade, igualdade, fraternidade e diversidade. Pode-se observar isso nos dois primeiros artigos:

Art.1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2 §1 - Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos são universais e se aplicam a todos os homens e todas as mulheres, como também são interdependentes e indivisíveis. No caso das pessoas com deficiência, a acessibilidade ou o direito à reabilitação, por exemplo, podem permitir ou inviabilizar o exercício dos outros direitos: o acesso ao trabalho, à educação, ao lazer.

Os direitos humanos abrangem diversas dimensões: econômicas, sociais, culturais e ambientais, que retratam muitas demandas, conquistas, lutas e desafios da sociedade brasileira. São ainda os direitos culturais, que viabilizam o direito a educação e direito de participar da vida cultural; o direito a um meio ambiente equilibrado e sustentável, a depender das interpretações, também podem ser incluídos entre os direitos sociais.

O Brasil ratificou em 1992 o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Com esse ato, o Estado brasileiro não só reafirmou o reconhecimento da existência desses direitos humanos, como também se comprometeu a desenvolver ações visando garanti-los no seu território (UNESCO, 2007).

O governo federal incentivou, na última década, a inclusão das pessoas com deficiências por meio de várias iniciativas, como maneira de orientar os estados e os municípios na adequação de políticas e regulamentações locais. O reconhecimento dos direitos de fato tem sido expresso em diversos textos legais, registrados progressivamente no âmbito da União, dos estados e dos municípios. No entanto, foi a partir de 1980, ano que anunciava a Década Mundial das Pessoas com Deficiência, que houve maior organização do movimento, que a priori, pretendia assumir o controle de suas vidas e buscar alternativas às instituições assistencialistas. O surgimento do movimento, em âmbito nacional e internacional, propiciou o início da superação do modelo médico da deficiência e a emergência do modelo social, que considera que as barreiras físicas e socioeconômicas criam obstáculos à participação social e ao exercício da cidadania pelas pessoas com deficiências (SASSAKI, 2003).

Na legislação, vale ressaltar ainda a Lei 7.853/89, que traz o modelo de garantias nas áreas da educação, da saúde, da formação profissional e do trabalho, das edificações e da criminalização do preconceito. Ela legitima ainda o Ministério Público e as associações, em nome dos seus associados, para pleitear os direitos difusos e coletivos das pessoas com deficiência. O Ministério Público é o órgão que representa e defende os interesses e direitos coletivos da sociedade, atuando como “fiscal da lei” por intermédio dos promotores e procuradores. Defende os direitos das pessoas com deficiência por meio das promotorias de justiça da cidadania e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (UNESCO, 2007).

3 Lazer, Cultura e Turismo

Alguns dos fatores associados às atividades de lazer, à cultura e ao turismo, são as políticas, o planejamento e a configuração de produtos e serviços essenciais no processo de inclusão, acessibilidade e democratização, termos em que se pretende direcionar a pesquisa e discussão deste trabalho.

Para Marcellino (2002), o lazer possui antecedentes longínquos como todas as questões que envolvem a vida social do homem. Foi, sobretudo, a partir do advento da chamada sociedade industrial, que a importância do lazer foi ganhando atenção na produção de pensadores sociais do séc. XIX.

A palavra lazer provém do verbo latino *licere*, que significa ser lícito, ser permitido. E na Língua Portuguesa, atualmente, o sentido firmado nos dicionários é ócio, folga, vagar, tempo disponível, descanso (SANTINI, 1993).

O conceito clássico de lazer é o de Dumazedier, que o define como:

conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

No Dicionário Crítico do Lazer, Gomes (2004) apresenta uma discussão mais detalhada sobre os conceitos de lazer elaborados por outros estudiosos brasileiros, dentre os quais está Marcellino. O referido autor considera o lazer como cultura vivenciada no tempo disponível, sendo um marco importante e decisivo para uma compreensão mais contextualizada do lazer. Essa “mudança de enfoque”, segundo Gomes (2008), indica que a

consideração do lazer somente como um conjunto de ocupações, passa a ser redimensionada, no Brasil, no final da década de 1980, sendo esse fenômeno percebido sob o prisma da cultura. Esse marco deve ser considerado como um avanço e não como um descarte do clássico conceitos de lazer, pelo contrário, reafirmando e assumindo a complexidade deste fenômeno.

Mesmo que essa mudança conceitual não seja verificada efetivamente em todas as áreas do conhecimento, a autora sugere uma ampliação do olhar sobre o lazer, o que é fundamental para o avanço do conhecimento e de pesquisas sobre este fenômeno e acrescenta que, mesmo com as diferenças conceituais verificadas entre os estudiosos brasileiros, verifica-se também uma tendência na atualidade brasileira em compreender o lazer como uma dimensão da cultura, ou seja o lazer como fenômeno cultural.

O lazer representa um fenômeno sociocultural que se manifesta em diferentes contextos (histórico, social, político, etc) de acordo com os sentidos/significados que são produzidos e reproduzidos por meio de relações dialéticas dos sujeitos nas suas relações com o mundo. Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é dinâmico e, se por um lado é marcado pela diversidade, por outro constitui/é constituído pelas identidades distintivas de cada grupo social, colocando em realce os hibridismos que permeiam a relação global/local (GOMES, 2008, p. 6).

Em texto redigido pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, “Turismo Cultural: Orientações Básicas” (2006), a pluralidade da cultura brasileira tem sido compreendida pelos governos e pela sociedade como uma das principais características do patrimônio do Brasil, ao lado dos recursos naturais, o que pode significar para o turismo a possibilidade de estruturação de novos produtos diferenciados, com o conseqüente aumento do fluxo de turistas, transformando o turismo numa atividade capaz de promover e preservar a cultura do país. Neste caso, cultura e turismo configuram, em suas diversas combinações, no segmento denominado Turismo Cultural, que se consolida quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades da cultura de uma determinada localidade/região.

De acordo com Beni (1997), a atividade do turismo surge em razão da existência do fenômeno turístico caracterizado como um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final. No entanto, os recursos que se somam e interagem para formação do turismo e influenciam diretamente no desenvolvimento deste setor envolve pesquisa árdua e investigação de diversas

possibilidades, neste caso, as condições referentes à acessibilidade e inclusão desse grupo social neste contexto.

Assim, faz-se necessário atentar para a necessidade de planejamento, pois como expõe Avila (2009):

Considerando que o turismo cultural é o tipo de turismo que engloba diferentes interesses em duas áreas bastante complexas, compreende-se que o desenvolvimento da atividade só ocorrerá se estiver ancorado em políticas públicas que valorizem o patrimônio cultural e que o uso turístico seja compatível com as necessidades dos consumidores e com os interesses das comunidades (AVILA, 2009, p. 110).

Assim, o turismo cultural, interface entre a atividade turística e a cultura, busca além do lazer, conhecer regiões onde seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais. Compreender como estão configuradas essas práticas de valorização das tradições e manifestações num grupo fisicamente limitado são abordagens necessárias na compreensão do real acesso à cultura e ao turismo.

4 Pessoas com deficiência física e acessibilidade no turismo

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 10% da população mundial seja constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. Como já fora mencionado, no Brasil, o censo do IBGE (2000) que incorporou, pela primeira vez, perguntas específicas sobre deficiência, apresentou 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no país, ou seja, 14,5% da população nacional. Desse total, 22,9% deficiência motora e 4,1% deficiência física.

No que se refere ao Nordeste, observa-se que é a região que concentra a maior proporção de pessoas com deficiência, 16,7%. Sendo 12,9% na região Sudeste, 13,7% na região Sul, 14,1% na região Centro-Oeste e 16,1% na região Norte. É no Nordeste que também se encontra o maior número de pessoas cegas. Pessoas com deficiência constam ainda em maior proporção na população negra, na indígena, entre as mulheres e nas pessoas idosas.

É considerada pessoa com deficiência física a que se enquadra em uma das seguintes categorias contidas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e reafirmadas no Decreto-lei nº 5.296, de junho de 2004:

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296:2004, § 1).

A lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, garante os direitos básicos das pessoas com deficiência. Trata dos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, à previdência social e ao amparo à infância e à maternidade. O art. 8º estabelece os procedimentos, em relação à pessoa com deficiência, que constituem crime, punível com multa e reclusão (prisão) de 1 a 4 anos. O art. 2º, parágrafo único, inciso V, letra “a” garante a funcionalidade das edificações e vias públicas (SASSAKI, 2003, p.46).

É importante entender que as leis, normas e diretrizes que estabelecem seus direitos devem ser do conhecimento de todos, independente de terem ou não alguma deficiência.

Para Godoy (2000), ‘deficiência’ é definida como todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimento, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas; ‘deficiência física’ é todo comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida. Portanto, pode-se perceber que cada deficiência possui conceito e características bem definidas que asseguram a utilização dos seus direitos e cumprimento dos deveres estabelecidos pela sociedade como cidadãos comuns.

É com base nos direitos, leis e declarações constituídas para disponibilização de programas e serviços para pessoas com deficiência, que se inicia a partir deste estudo a análise de uma atividade defendida como essencial pelos movimentos de direitos e de vida, identificando as barreiras e possibilidades, diagnosticando os aspectos e projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana incluindo ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas devidamente adequadas às exigências legais oportunizando o direito de acesso ao lazer, a cultura e ao turismo, muitas vezes não manifestado de forma igual para todos.

O conceito de acessibilidade está intrinsecamente ligado ao direito constitucional de ir e vir. Torna-se, portanto, essencial ao cumprimento de praticamente todos os demais direitos das pessoas com deficiência. A questão da necessidade de acesso supera as construções, ou a jurisdição, também muito importante neste sentido, fazendo valer as normas e leis para tal, contudo, a interpretação da vivência deve ser individual e de particulares interesses. No livro “Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar”, Murta e Albano (2002), descrevem bem a importância desta experiência imutável e singular:

Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes de comunicação humana – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura – sem todavia se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículo para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc. Nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo, quando realizada por guias e condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes. (MURTA e ALBANO, 2002, p. 14).

O pouco acesso da maioria da população aos recursos de lazer é um exemplo claro de todo o descuido e exclusão dessas pessoas, sendo evidente a ineficácia de políticas públicas no que concerne ao lazer e seus impactos sobre a saúde no processo de reabilitação daqueles com deficiência física (ALMEIDA et al., 2005).

5 Patrimônio Histórico: reflexões sobre preservação e acessibilidade

O Patrimônio Histórico, um dos elementos-chave desta proposta de pesquisa, segundo Choay (2001):

designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes. (CHOAY, 2001, p. 11).

O patrimônio cultural pode ser considerado um atrativo turístico, sendo componente do segmento denominado de turismo cultural. Dessa forma, a música, os folguedos, as brincadeiras, a gastronomia, a religiosidade, a dança, a literatura, a linguagem, o folclore, as lendas, os hábitos e os costumes, entre outras manifestações tem sido utilizadas em muitas cidades como atrativo turístico (AVILA, 2009).

Por isso, pode-se entender que patrimônio cultural constitui-se um importante atrativo que aliado à sua riqueza em informação sobre identidades requer esforços para sua preservação e transmissão de tais informações que guarda. Yáziqi et al (2002) ressaltam que o

patrimônio não deve ser visto apenas como recurso econômico turístico, mas como um meio de intensificar realização de uma essência humana, de uma relação do homem com a humanidade através de espaços e tempos mais amplos. Observar como as políticas preservacionistas cumprem seu papel e como procedem as transformações arquitetônicas nos patrimônios para ampliar a acessibilidade, seguindo os preceitos desse autor, são fatores norteadores desse estudo.

A Carta de Veneza de 1964, por exemplo, que trata da conservação e restauração de monumentos e sítios, traz em seus artigos abordagens interessantes e que merecem reflexão. Do Art. 4º ao 8º, sobre Conservação, diz que a ambiência tradicional deve ser conservada e toda distribuição e modificação que possam alterar relações de volume e cor são proibidas. Do Art. 9º ao 13º, sobre Restauração, diz que os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessadas do edifício, a ambiência, o equilíbrio e suas relações com o meio.

Na realidade, a questão das políticas que envolvem a preservação do patrimônio cultural designa bem o caminho a percorrer nesse estudo. Compreender a inclusão como prioridade, acima de toda e qualquer ambiência desequilibrada do patrimônio turístico cultural e valorizar a relação do ser com a cultura, com a tradição e manifestações de um povo, acima da relação de equilíbrio do meio com o meio e sua estética, é um caminho de muitas reflexões e intensificações pela modificação em prol de uma sociedade cultura e turisticamente inclusiva.

5 Metodologia

A pesquisa está sendo realizada no município de Ilhéus, situado no estado da Bahia, cuja população é de 220.144 habitantes, área total de 1847,0 km². A cidade está inserida na região denominada turisticamente de Costa do Cacau. Sua economia baseia-se na agricultura, comércio, turismo e indústria. Já foi o primeiro produtor de cacau do mundo, mas em função da enfermidade conhecida como vassoura-de-bruxa reduziu muito a sua produção. Ilhéus é conhecida mundialmente por ambientar os romances de Jorge Amado, famoso escritor baiano, como Gabriela, Cravo e Canela e Terras do Sem Fim.³

³ Informações obtidas a partir do site: www.ilheus.ba.gov.br, acesso em 10/06/2010.

A cidade apresenta um valor cultural, expressado por bens históricos, tombados e não-tombados pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre alguns desses patrimônios materiais, estão: a Capela de Nossa Senhora de Santana. No Quarteirão Jorge Amado, está a Catedral de São Sebastião, ladeado pelo Bar Vesúvio, imortalizado na obra *Gabriela Cravo e Canela* (1958) por Jorge Amado. Próximo ao Bar Vesúvio, encontra-se o Teatro Municipal de Ilhéus, antigo Cine-teatro Ilhéus, inaugurado em 10 de junho de 1932. Na mesma região, encontra-se o prédio da Casa dos Artistas, um espaço cultural que abriga teatro e museu, além de contar com exposições plásticas e saraus literários, exposições de pintura, escultura, cerâmica, cursos, peças teatrais e outras atividades artísticas.⁴

Esse estudo tem abordagem qualitativa envolvendo a observação de um determinado ambiente, o registro preciso e detalhado do que acontece neste ambiente e a percepção de um grupo específico – pessoas com deficiência física – em confronto com realidades e posicionamentos dos setores turísticos, além da interpretação e análise dos dados utilizando descrições e narrativas. Caracteriza-se, de acordo com Gil (2002), como exploratório-descritiva, visto que, no primeiro momento, priorizará o aprimoramento das idéias, familiarização com o problema e busca de conhecimento amplo sobre o assunto, através de abordagens bibliográficas e, no segundo momento, adquire um caráter descritivo, buscando evidenciar características de um determinado grupo e das suas relações com a área de estudo.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados serão observação sistemática e entrevistas semi-estruturadas.

Assim, os sujeitos desta pesquisa estão conformados por dois grupos. O primeiro corresponde um grupo de sujeitos-chaves para análise da promoção de políticas e planejamentos relacionados às atividades turísticas e culturais da cidade de Ilhéus. Optou-se pela amostragem não probabilística por julgamento e os sujeitos selecionados foram o Prefeito do município, o Secretário ou técnico da Secretaria de Turismo, o diretor da Fundação de Cultura de Ilhéus e o presidente da Associação de Pessoas com Deficiência Física de Ilhéus.

O segundo grupo é formado por pessoas que possuem deficiência física e que residam em Ilhéus. Será feito um levantamento da quantidade de sujeitos junto a Associação de Pessoas com Deficiência Física de Ilhéus. Após este primeiro contato ocorrerá a seleção de

⁴ Informações obtidas a partir do site: www.ilheus.ba.gov.br, acesso em 10/06/2010.

dos sujeitos, para posterior apresentação e assinatura do TCLE - Termo de Livre Consentimento Esclarecido.

Após a seleção e concordância de participação dos sujeitos na pesquisa, será proposto um *city tour*, organizado pela pesquisadora. A visita aos principais pontos turísticos e patrimoniais do Centro de Ilhéus terá a intenção de analisar a acessibilidade aos locais evidenciados nesta pesquisa. Após a realização do *city tour* serão agendadas as entrevistas, que serão realizadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos.

As principais variáveis analisadas no grupo 1 – gestores e técnicos de entidades relacionadas com cultura e turismo – são: conhecimento sobre o tema, qualidade do serviço, barreiras, perspectivas, existência de ações e políticas de acessibilidade.

As principais variáveis analisadas no grupo 2 - residentes que possuem deficiência são: perfil (sexo, ocupação, idade, situação conjugal, filhos, escolaridade, tempo de lesão, tipologia da deficiência), satisfação, qualidade do serviço, barreiras e perspectivas.

A análise dos dados será realizada com base no diálogo reflexivo entre as informações coletadas e o marco teórico do estudo, visando apresentar subsídios teóricos, propostas, recomendações e sugestões para minimizar os problemas e servir de suporte para uma gestão mais qualificada.

6 Considerações finais

A crescente valorização da cultura e do turismo na sociedade contemporânea, evidenciada pela valorização dos turistas por produtos culturais, exige da sociedade a adoção de posturas éticas a fim de favorecer o desenvolvimento turístico adequado, promovido não apenas sob a óptica do mercado, mas, fundamentalmente, buscando um entendimento mais humano e social.

Considerando que esse estudo ainda está em andamento, não temos a intenção de apresentar conclusões. Entretanto, esse artigo buscou ampliar a reflexão sobre um tema tão importante, a acessibilidade ao lazer, a cultura e ao turismo, chamando a atenção para a necessidade de adoção de medidas adequadas de planejamento, que possam contribuir para valorizar patrimônio cultural, que em uma visão holística pertence a todos.

Em nossa concepção, nenhum destino turístico pode desconsiderar ou negligenciar a questão da acessibilidade, sendo imperativo trabalhar no sentido de gerar ações concretas que

possam contribuir para materializar a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. G. et al. **Atividades de lazer entre idoso**, Feira de Santana, Bahia. In: Revista Baiana de Saúde Pública, v. 29, n. 2, p. 339-352, 2005.

AVILA, M. A.(org) **Política e planejamento em cultura e turismo** – Ilhéus: Editus, 2009.

BARROCO, H. E.; BARROCO, L. M. S. Tradição, bens culturais e tecnologias. In: CAMARGO, P.; Cruz, G. **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. Senac, 1997.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CAMARGO, P.; Cruz, G. **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

Carta de Veneza de 1964: **carta internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios**. Disponível em < [http: www.revistamuseu.com.br/legislacao](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao)> Acesso em: 04/07/2010.

CHOAY, f. **Monumento e Monumento Histórico**. In: Alegoria do Patrimônio. p.11-29.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. et al. **Cartilha de Inclusão**. Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/socinc> > Acesso em: 10/10/2007.

GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____, Christianne Luce. **Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades**. Revista Itinerarium. Vol. 1, 2008.

IBGE. **Censo demográfico, 2000: população residente, por tipo de deficiência**. Brasília: IBGE, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do Lazer e da Recreação**. São Paulo, Editora Angelotti, 1993, 101 p.

SASSAKI, R. K. História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos: reabilitação, emprego e terminologia. **Revista Vida Independente**, São Paulo, jul. 2003.

UNESCO. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência**: textos de referência para monitores de telecentros. – Brasília: UNESCO, 2007. 73 p.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.